

7

Fontes e Bibliografia

7.1

Entrevistas

BIATO, Marcelo Fortuna. Entrevista concedida por telefone a Guilherme Rios Cardoso. Brasília, 12 mar. 2010.

CAVALCANTI, Carlos. Entrevista concedida a Guilherme Rios Cardoso. São Paulo, 03 mar. 2010.

SAMEK, Jorge Miguel. Entrevista concedida por telefone a Guilherme Rios Cardoso. Brasília, 20 fev. 2010.

SAUER, Ildo. Entrevista concedida por telefone a Guilherme Rios Cardoso. Brasília, 30 mar. 2010.

7.2

Livros, teses, dissertações e periódicos

ABRANCHES, Sergio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. Vol31, n.1, 1998, pp. 5-34.

ALBUQUERQUE, J. A. G. O regionalismo do governo Lula e as percepções das elites sul-americanas. **Política Externa** (USP), São Paulo, v. 18, n. 3, 2010, p. 15-32.

_____. Economia política e política externa do Governo Lula: as três agendas de um ativismo inconseqüente, **Plenarium**, vol. 2, n. 2, 2005, p. 84-85.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. Os brasiguaios e os conflitos sociais e nacionais na fronteira Paraguai-Brasil. **Análise de Conjuntura**, n.2, fev. 2009. ISSN 1809-8924. Disponível em:
< http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/59_analises_AC_n_02_fev_09.pdf>.
Acessado em 10 mai. 2010.

ALEXANDRE, C. V. M.; LEITE, Iara Costa (2007). O Primeiro Governo Lula e o Mercosul: iniciativas intra e extra-regionais. **OIKOS**, Rio de Janeiro, n. 7, ano 6, 2007, p. 13-28. ISSN 1808-0235.

_____. A política boliviana de nacionalização do petróleo e gás. **Observador On-Line**, v. 1, n. 3, mai. 2006. ISSN 1809-7588. Disponível em: <http://www.opsa.com.br/pdfs/6_observador_topico_Observador_v_1_n_3.pdf>. Acessado em 10 mai. 2010.

_____. Congresso e a Política Externa Brasileira (1985-2005). Dissertação de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2006.

_____; PINHEIRO, Flávio Leão; ACSELRAD, Vitor. A política do gás natural dos governos de Morales e Bachelet. **Análise de Conjuntura OPSA**, v.1, n. 1, mar. 2006. ISSN 1809-8924

_____; _____. Integração energética sul-americana. **Jornal do Brasil**, 18 jul. 2005. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/25_artigos_artigo_jb_cristina_e_flavio.pdf>. Acessado em 03 mar. 2010.

ALLISON, G. T. **Essence of Decision**: explaining the Cuban Missile Crisis. Boston: Little, Brown and Company, 1971.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Uma nova arquitetura diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003/2006)”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n.1., 2006. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1603arquitetdiplom.pdf>>. Acessado em 04 mar. 2010.

_____. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 1, 2004, p. 163-184.

_____. A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, jun. 2003. ISSN 0104-4478. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acessado em 3 mar. 2010.

AMORIM, Celso. A integração sul-americana. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**, n.10, out. dez. 2009. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, p. 5-26.

_____. A diplomacia multilateral do Brasil – um tributo a Rui Barbosa. Brasília: Ed. FUNAG, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/al000130.pdf>>. Acessado em 04 mar. 2010.

_____. A política externa do Governo Lula: os dois primeiros anos. **Análise de Conjuntura OPSA**, n. 4, mar. 2005. ISSN 1809-8924. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/5_analises_Artigo%20Celso%20Amorim.pdf>. Acessado em 03 mar. 2010.

AMORIM NETO, O. (2007). A Política Externa Brasileira: Novos Dilemas Geopolíticos e a sua Falta de Condicionamentos Domésticos. **Análise de Conjuntura**, n.3, março. ISSN 1809-8924. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/30_analises_AC_n_3_mar_2007.pdf>. Acessado em 05 mar. 2010.

ARCE CATACORA, Luis Alberto. Economia da Bolívia: diagnóstico e planos para 2008. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**, n.7, jul. set. 2007. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, p. 26-48.

BARROS, A.S.C. A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os novos atores. In: MUNOZ, H.; TULCHIN, J. S. (org) **A América Latina e a política mundial**: uma perspectiva latino-americana. São Paulo: Convívio, 1986.

BERRY, Albert. Las Causas de la pobreza rural en America Latina y politicas para reducirla, con referencia especial al Paraguay. **Revista Paraguaya de Sociología**, ano 36, n. 106, set. dez. 1999, p. 7-34. Disponível em <<http://biblioteca.mapya.es/r-142-2.pdf>>. Acessado em 14 jul. 2008.

BIEBER, León. A Guerra do Chaco e as relações brasileiro-bolivianas no período 1930-1945. Um caso de reorientação da política exterior do Brasil. In ALBUQUERQUE, J. A. G. (org) **Sessenta anos de política externa brasileira**: o desafio geoestratégico. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, v 3, 2000, p. 211-232.

BIELSCHOWSKY, R. **Energia Elétrica no Brasil, 1993-1997**: investimentos deprimidos numa transição problemática. Brasília: Cepal, 1997.

BORDA, Dionisio. Paraguai, uma marcha lenta: situação e perspectiva econômica. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**, n.7 (julho/ setembro 2007). Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2007, p. 166-181.

BREUNING, Marijke. **Foreign Policy Analysis**: a comparative introduction. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

BRUGNONI, Pablo. Paraguay 2008: estruendosos cambios, silenciosas permanencias. **Revista de Ciência Política**, Santiago, v. 29, n. 2, 2009, p. 565-590. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/revcipol/v29n2/art15.pdf>>. Acessado em 14 mar. 2010.

CALDERÓN, Fernando. Bolívia: mudança política e nova ordem sociocultural. **Política Externa**, São Paulo, v. 16, n. 2, set. out. nov., 2007, p. 51-60.

CANESE, Ricardo. A recuperação da soberania hidrelétrica do Paraguai. In CODAS, Gustavo (org.). **O direito do Paraguai à soberania: a questão da energia hidrelétrica**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 23-141.

CARRA, Marcos. **A importância da Petrobrás na relação Bolívia-Brasil (1996-2007)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CARDOSO, F. H. A política externa do Brasil no início e um novo século: uma mensagem do presidente da República. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 44, n. 1, 2001, p 5-12.

CARDOZO, Elsa. A governabilidade democrática regional e o papel (des)integrador da energia. **Política Externa**, São Paulo, v. 15, n. 3, dez. jan. fev., 2007, p. 35-43.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise – 1919-1939**. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora UnB. Título original: Twenty Years' Crisis, 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations, 1981.

CARVALHO, Maria Izabel V. de. Estruturas Domésticas e Grupos de Interesse: A Formação da Posição Brasileira para Seattle. **Contexto Internacional**, vol.25, n.2, 2003, p. 363-401.

CASON, Jeffrey W.; POWER, Timothy J. Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. **International Political Science Review**, v. 300, n.2, 2009, p.117-140.

CASTAÑEDA, Jorge. Latin America's left turn. **Foreign Affairs**. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.org/20060501faessay85302/jorge-g-castaneda/latin-america-s-left-turn.html>>. Acessado em 14 mar. 2010.

CAUBET, C.G. A política hidroenergética brasileira e a evolução do quadro diplomático. In ALBUQUERQUE, J. A. G. (org), **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico**, São Paulo: Annablume, NUPRI/USP v. 3, 2000, p.111-140.

_____. **As Grandes Manobras de Itaipu. Energia, Diplomacia e Direito na Bacia do Prata**. São Paulo: Acadêmica, 1991.

CEPIK, Marco; CARRA, Marcos. Nacionalização boliviana e desafios da América do Sul. **Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-Americano (OPSA)**, n. 4, abr. 2006. ISSN 1809-8924. Disponível em: <http://www.opsa.com.br/pdfs/17_analises_Nacionalizacao_boliviana_desafios_America_do_Sul.pdf>. Acessado em 14 mar. 2010.

CERVO, A.L. **Inserção Internacional – formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

_____. A política exterior: de Cardoso a Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 1, 2003, p. 5-11.

_____.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002.

_____. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 43, n. 2, 2000 p. 5-27.

_____. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 45, n. 1, 2002, p 5-35.

CHEIBUB, Z. Diplomacia e construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 1985, p. 113-130.

CORDEIRO, Enio. O Tratado de Itaipu e os Acordos Alcançados com o Paraguai. **Interesse Nacional**, ano 2, ed. 7, out. dez. 2009, p. 36-46. Disponível em: <http://interessenacional.com/artigos-integra.asp?cd_artigo=53>. Acessado em 20 out. 2010.

COSTA, Darc. **Estratégia Nacional: A Cooperação Sul-Americana para a Inserção Internacional do Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 2003.

COUTINHO, M. Democracias Andinas: Chegando Tarde à Festa? **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, 2006, p. 795-832.

DANESE, S. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DOMINGUES, J. M. A Bolívia às vésperas do futuro. **Análise de Conjuntura OPSA**, n.9, setembro, 2008, p. 2-14. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/51_analises_AC_n_09_set_2008.pdf>. Acessado em 10 out. 2010.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Bernardo P.M.C.; SARAIVA, Thiago C.; BONÉ, Rosemarie B. Impacto na relação Brasil-Bolívia com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos em 2006. **Revista Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 36 n. 1, 2008, p.87-98. ISSN: 1806-8987.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, dez. 2008, vol. 51, n. 2, p.80-97.

_____. A Política Sul-Americana do Brasil: Razões e percalços do “institucionalismo da semiperiferia”. **Análise de Conjuntura**, n.4, abril, 2007.

ISSN 1809-8924. Disponível em
<http://observatorio.iuperj.br/pdfs/31_analises_AC_n_4_abr_2007.pdf>.
Acessado em 2 mar. 2010.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FIGUEIREDO, A.M.C; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2001.

FLORES, Mario Cesar. Presença norte-americana no Paraguai. **Política Externa**, São Paulo, v. 14, n. 3, dez. jan. fev., 2006, p. 33-39.

FUSER, I. Internacionalização e conflito: a Petrobras na América do Sul. In: **Encontro Nacional de Economia Política – SEP**, São Paulo, n. 12, jul. 2007. Disponível em
<http://www.sep.org.br/artigo/888_314e9e118b3026ce64b768b84a22d816.pdf>.
Acessado em 05 mar. 2010.

GARCIA, Marco Aurélio. Política externa e estratégia de desenvolvimento. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 4, n. 39, out. 2010a. Entrevista concedida a Silvio Caccia Bava e Dario Pignotti.

_____. **Brasil em Pauta**. Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Brasília, 31 mar. 2010b. Entrevista a jornalistas de rádios. Áudio disponível em:
<<http://www.ebcservicos.ebc.com.br/programas/brasil-em-pauta/arquivos/ouvir?prog=31-03-10-brasil-em-pauta-marco-aurelio-garcia-assuntos-inter-da-pres.mp3>>. Acessado em 20 abr. 2010.

_____. Mundo enfrenta uma crise de liderança muito grande. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n.58, jan./fev. 2010c. Entrevista a Andrea Vieira. Disponível em:
<http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=13916>.
Acessado em 27 abr. 2010.

GEORGE, Alexander L. **Bridging the gap: theory and practice in foreign policy**. Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press, 1993.

GILPIN, R. **The political economy of international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

_____. **War and Change in World Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1983.

GOULART, Mayra. Os limites da alternância: a crise no governo Lugo e os riscos para a democracia paraguaia. **Boletim OPSA**, v. 6, nov/dez. 2009, p. 8-12. Disponível em:
<http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/40_boletins_Boletim_06_nov_dez_2009.pdf>. Acessado em 14 mai. 2010.

_____. Os caminhos da autonomia: O Paraguai e as aporias de um modelo 'progressista' de governo. **Observador on-line**, v. 3, 2008, p. 2-23. ISSN 1809-7588. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/47_observador_topico_Observador_v_3_n_11.pdf>. Acessado em 14 mai. 2010.

GUEVARA AVILA, Jean Paul. Bolívia: processos de mudança e política externa. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, n.8, out.dez. 2007, p 36-48.

GUIMARÃES, C.; DOMINGUES, J. M. As Reformas Bolivianas e o Contexto Sul Americano Atual. **Análise de Conjuntura OPSA**, n. 5, maio, 2007. Disponível em <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/32_analises_AC_n_5_mai_2007.pdf>. Acessado em 4 mar. 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2006.

GUTIERREZ, Carlos Jahnsen; LORINI, Irma. A trilha de Morales: novo movimento social indígena na Bolívia. **Novos Estudos - CEBRAP**, mar. 2007, n.77, p.49-70. ISSN 0101-3300. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000100004>. Acessado em 7 mai. 2010.

HAGE, J. A. A. O Poder Político na Energia e Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 5, n. 1, 2008a, p. 169-186.

_____. Bolívia, Brasil e o Gás Natural: Um Breve Debate. **Revista de Estudos e Pesquisa Sobre as Américas**, v. 01, 2008b, p. 1-23. Disponível em: <http://www.repam.org/pdf/edicao_02/hage_2008_1.pdf>. Acessado em 7 mai. 2010.

_____. Breves Notas Sobre a Guerra do Gás na Bolívia. **Revista Polêmica**, v. 7, p. s/i-s/f., 2008c, Disponível em: <http://www.polemica.uerj.br/pol25/artigos/contemp_3.pdf>. Acessado em 3 mar. 2010.

HERKEN KRAUER, Juan Carlos (2009). Paraguai: os desafios de uma economia mediterrânea; tradução: Sergio Duarte. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**, n.10, out. dez. 2009. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, p. 162-180.

HERMANN, Margaret G. How decision units shape foreign policy: a theoretical framework. **International Studies Review**, v. 3, n. 2, 2001, p. 47-81.

HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**. Hampshire, New York: Palgrave Macmillan, 2003.

HIRST, M. A presença do Brasil nos novos tempos da agenda inter-americana. **Análise de Conjuntura OPSA**, n. 5, mai. 2009. Disponível em:

<http://www.opsa.com.br/pdfs/62_analises_AC_n_05_mai_09.pdf>. Acessado em 8 mai. 2010

_____. As relações Brasil-Paraguai: baixos incentivos no *latu e strictu sensu*. **Política Externa**, São Paulo, v. 14, n. 3, dez. jan. fev., 2006, p. 11-21.

_____; PINHEIRO, L. A política externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 38, n. 1, 1995.

HOLANDA, F. M. B. **O gás natural no Mercosul: uma perspectiva brasileira**, Brasília: Funag, 2001.

HUDSON, Valerie M. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2005.

JAQUETTE, Jane. Uma visão da Bolívia. Tradução de Juliana Lemos. **Política Externa**, São Paulo, v. 18, n. 3 dez. jan. fev. 2010, p. 131-146.

KEOHANE, R. O.; MILNER, H. **Internationalization and domestic politics**. Nova York: Cambridge University Press, 1996.

_____; GOLDSTEIN, J. (org). **Ideas and Foreign Policy. Beliefs, Institutions, and Political Change**. NY: Cornell University Press, 1993, p. 3-30.

_____. Institutional Theory, Realist Challenge. In BALDWIN, David A. (ed.), **Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate**. New York: Columbia University Press, 1993, p. 269-300.

_____; AXELROD, R. Achieving Cooperation Under Anarchy: Strategies and Institutions. **World Politics**, v.38, n.1, out. 1985, p. 226-254.

KFURI, Regina; LAMAS, Barbara. Entre o Mercosul e os EUA: as relações externas do Paraguai. **Observador On-Line**, v. 2, n. 9, set. 2007. ISSN 1809-7588. Disponível em:

<http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/22_observador_topico_Observador_v_2_n_9.pdf>. Acessado em 14 mai. 2010.

KOZULJ, Roberto. A integração gasífera latino-americana: uma prospectiva cercada de incertezas. **Política Externa**, São Paulo, v. 15, n. 3, dez. jan. fev., 2007, p. 45-54.

LAMAS, Barbara. Dilemas da Integração: o Paraguai e as assimetrias no Mercosul. **Observador On-Line**, v. 1, n. 9, novembro de 2006. ISSN 1809-7588. Disponível em:

<http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/12_observador_topico_Observador_v_1_n_9.pdf>. Acessado em 14 mai. 2010.

LEITE, Antonio Dias. **A energia do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto. **As Faces de um Megaprojeto de Desenvolvimento: Itaipu**. Tese de Doutorado em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2004.

LIMA, M.R.S.; SANTOS, F. A encruzilhada da oposição no debate da política externa. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 5 abr. 2010. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/127_artigos_2010_04_05_Lima_Santos_PE_B.pdf>. Acessado em 3 set. 2010.

_____. A politização da política externa e os interesses nacionais. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 jun. 2009. Disponível em <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/122_artigos_2009_06_11_Lima_Venezuela_C_B.pdf>. Acessado em 3 mar. 2010.

_____. Decisões e Indecisões: Um balanço da política externa no primeiro governo do presidente Lula. **Carta Capital**, São Paulo, 27 dez. 2006. Disponível em <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/78_artigos_Decisoese-indecisoese.pdf>. Acessado em 3 mar. 2010.

_____; COUTINHO, M. Integração Moderna. **Análise de Conjuntura**, n.1, jan. 2006. ISSN 1809-8924. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/14_analises_integracao_moderna.pdf>. Acessado em 6 mar. 2010.

_____; HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, vol.82, n. 1, 2006, p. 21-40.

_____. Os interesses nacionais e o dilema da integração. **Observatório Político Sul-Americano**, 12 mai. 2006. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Os_Interesses_Nacionais_e_o_Dilema_da_Integra%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acessado em 4 jun. 2010.

_____. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 1, 2005a, p. 24-59.

_____. Aspiração Internacional e Política Externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro: Fundação Centros de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), ano 19, n. 82, jan. fev. mar. 2005b, p. 4-19.

_____. Autonomia, Não-Indiferença e Pragmatismo: Vetores Conceituais da Política Exterior. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, v. 83, n. abr. jun. 2005c, p. 16-20.

_____; COUTINHO, M. Globalização, regionalização e América do Sul. **Análise de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n.6, mai. 2005d. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/7_analises_Globalizacao,%20Regionalizacao%20e%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul.pdf>. Acessado em 07 mar. 2010.

_____. País Adota Heterodoxia na Política Externa. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, p. 6, 28 fev. 2005e. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/artigos-relevantes/artigo-pais-adota-heterodoxia-na-politica-externa-valor-economico-28-de-fevereiro-de-2005>>. Acessado em 02 out. 2010.

_____. 2000. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, jul. dez., 2000, p. 265-303.

_____.; PINHEIRO, L. Internationalization, democratization and foreign policy making in Brazil. In **Globalization, State Power and International Institutions: Brazil in a New Age of Dependence**, St Anthony's College, Oxford, 15-16 de março, 1999.

_____. (1994). Ejes analíticos y conflicto de paradigmas em la política exterior brasileña. **América Latina/Internacional**, Buenos Aires, v 1, n 2, p 27-46.

LINKOHR, Rolf. A política energética latino-americana: entre o Estado e o mercado. **Política Externa**, São Paulo, v. 15, n. 3, dez. jan. fev, 2007, p. 55-63.

LUGO, Fernando. O que aconteceu no Paraguai? **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**, n.9, jan. mar. 2009. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, p.160-170.

LOHMANN, J.; REIS, A. **Petrobras e as relações internacionais com a Bolívia**. In: Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, n. 5, Porto Alegre, PUC-RS, Porto Alegre, 2-5 mai. 2006. Disponível em <http://www.fee.tche.br/5workshop/pdf/gt03_juliana.pdf>. Acessado em 14 jun. 2010.

MACHIAVELLI, Nicoló. **O Príncipe / Nicolau Maquiavel**; tradução Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARES, DAVID R. **Natural Gas Pipelines in the Southern Cone**. Program on Energy and Sustainable Development, Stanford University, James A. Baker III Institute of Public Policy of Rice University, document de trabalho n. 29, mai. 2004. Disponível em <http://www.rice.edu/energy/publications/docs/GAS_LNGPipelines_SouthernCone.pdf>. Acessado em 6 jul. 2010.

MARTIN, Lisa L. **Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation**. Ewing: Princeton University Press, 2000.

MASI, Fernando (2006). Paraguai – Brasil e o projeto Mercosul. Tradução de Mirian Xavier. **Política Externa**, São Paulo, v. 14, n. 3, dez/jan/fev, 2005-2006, p. 23-32.

MELIÀ, Bartolomeu. Paraguai: identidades, substituições e transformações. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**, n.8, out. dez. 2007. Brasília: Projeto Raúl

Prebisch, p. 159-173.

MILNER, Helen V. **Interests, Institutions, and Information: Domestic Politics and International Relations**. Ewing: Princeton University Press, 1997.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A Guerra do Chaco. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, vol. 41, no. 1, jan. jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000100008&script=sci_arttext>. Acessado em 4 jun. 2010.

MORAVCSIK, A. Taking preferences seriously: a liberal theory of international politics. **International Organization**, v 51, n 4, outono, 1997, p. 513-553.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**; tradução Oswaldo Biato. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, 1995, p. 243-254.

NOGUEIRA, Danielle de Albuquerque Melo. **Diplomacia do gás: a Petrobrás na política externa de Cardoso para a integração energética com a Bolívia (1995-2002)**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

O' DONNELL, Guillermo. "Notas sobre la democracia en América Latina." **La Democracia en América Latina: El debate conceptual sobre la democracia**. PNUD, 2004, p. 11-86.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de; ONUKI, Janina. **Política Externa Brasileira e Legislativo - A atuação de grupos de interesse**. Trabalho apresentado no 60º Encontro da ABCP, UNICAMP – CAMPINAS, 29 jul. a 01 ago. 2008. Disponível em <<http://201.48.149.88/abcp2008/>>. Acessado em 20 mar. 2010.

OLIVEIRA, M. F. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: IBAS e o G-20. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília/DF, v.48, jul, dez, 2005.

PALACIOS, Luisa. The Petroleum Sector in Latin America: Reforming the Crown Jewels. **Les Etudes du CERI**, Centre d'Etudes ET de Recherches Internationales, n. 88, set. 2002. Disponível em: <<http://www.ceri-sciencespo.com/publica/etude/etude88.pdf>>. Acessado em 14 mai. 2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de**

Política Internacional, v. 51, n. 2, 2008, p. 136-153

_____.; HAGE, J. A. A. Dilemas Sul-Americanos: O Paraguai e Itaipu. **Meridiano 47**, Universidade de Brasília, v. 07, p. 7-9, 2007. ISSN 1518-1219. Disponível em: <<http://meridiano47.files.wordpress.com/2010/05/v8n84.pdf>>. Acessado em 14 mai. 2010.

PFEIFER, Alberto; COSTA, Roberto Teixeira da. Paraguai e Brasil: aspectos da relação bilateral e a evolução do Mercosul. **Política Externa**, São Paulo, v. 14, n. 3, dez. jan. fev 2006, p. 41-56.

PINHEIRO, L. **Brazil's 2006 Presidential Elections - Brazilian Foreign Policy in the 2006 Election**. In: Woodrow Wilson International Center for Scholars Brazil Institute, 15 set. 2006. Disponível em: <<http://www.wilsoncenter.org/news/docs/BrazilianForeignPolicy.doc>>. Acessado em 4 mar. 2010.

_____. **Política Externa Brasileira**. Zahar, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Os véus da transparência: política externa e democracia no Brasil. **IRI Textos**, Rio de Janeiro, n. 25, 2003, p 1-18.

_____. Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o regime militar. In ALBUQUERQUE, J. A. G. (org) **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico**, São Paulo: Annablume, NUPRI/USP, v. 4, 2000a, p. 449-474.

_____. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v 22, n 2, jul. dez., p 305-335, 2000b.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and Domestic Politics: the logic of two level games. **International Organization**, v. 42, n. 3, 1988.

QUINTANA TABORGA, Juan Ramón. Bolivia entre la crisis y el caos: Existe una salida negociada. **Análise de Conjuntura OPSA**, n.11, out. 2005. ISSN 1809-8924

RIBEIRO HOFFMAN, Andrea. Avaliando a influência das organizações regionais de integração sobre o caráter democrático dos regimes de seus Estados-partes: o caso do Mercosul e o Paraguai. **Cena Internacional**, ano 7, n.2., 2005.

RICUPERO, R. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n.57, dez. jan. 2010, p. 136-141. Entrevista a Andrea Vieira. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/24/artigo22588-1.php>>. Acessado em 21 ago. 2010.

RISSE-KAPPEN, Thomas. Bringing Transnational Relations Back In: Introduction. In RISSE-KAPPEN, Thomas (ed.), **Bringing Transnational**

Relations Back In: Non-state Actors, Domestic Structures and International Institutions. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 3-33.

SAAVEDRA, Gustavo Fernández. Bolivia in the new Latin American political scenario. Tradução de Sara Shields. **T'inkazos** [online]. v.3, 2007. ISSN 1990-7451. Disponível em <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S1990-74512007000100001&script=sci_arttext>. Acessado em 10 mai. 2010.

_____. Uma visão das relações entre Bolívia, Chile e Peru. Tradução de Miriam Xavier. **Política Externa**, São Paulo, v 14, n 4, mar. Abr. mai, 2006, p. 27-42, 2006.

SALES, Claudio J. D. Itaipu: compromisso versus oportunismo. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 mai. 2010. Disponível em: <http://www.acendebrasil.com.br/archives/files/20100510_Valor_diagramado.pdf>. Acessado em 20 set. 2010.

_____. Itaipu – A vez e a voz do Congresso (parte 1). **Canal Energia**, 10 ago. 2009a. Disponível em: <http://www.acendebrasil.com.br/archives/files/20090811_CE_Itaipu.pdf>. Acessado em 20 set. 2010.

_____. Itaipu – A vez e a voz do Congresso (parte 2). **Canal Energia**, 11 ago. 2009b. Disponível em: <http://www.acendebrasil.com.br/archives/files/20090811_CE2_Itaipu.pdf>. Acessado em 20 set. 2010.

_____. Itaipu – A vez e a voz do Congresso (parte 3). **Canal Energia**, 12 ago. 2009c. Disponível em: <http://www.acendebrasil.com.br/archives/files/20090811_CE3_Itaipu.pdf>. Acessado em 20 set. 2010.

SANTANA, Carlos Ribeiro. Política externa em perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, Cardoso e Lula. **Carta Internacional**, São Paulo, v. 1, 2006, p. 8-14.

SANTANA, H. R. P. Grupos de interesse e a política externa brasileira para a Alca. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 23, n 1, 2001, p 167-196.

SANTOS, L. C. V. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 48, n. 2, 2005, p 185-204.

SENNES, Ricardo Ubiraci; NARCISO, Thais. Brazil as an International Energy Player. In BRAINARD, Lael; MARTINEZ-DIAZ, Leonardo (eds.) **Brazil as an Economic Superpower? Understanding Brazil's Changing Role in the Global Economy**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2009, p. 17-54.

_____; PEDROTI, Paula. “Entre la geopolítica y la geoeconomía: la energía en las relaciones latinoamericanas”. In: LAGOS, Ricardo (org.) **América Latina: ¿Integración o Fragmentación?** Buenos Aires: Edhasa, v. 1, 2008, p. 527-570.

SILVA, Alberto da Costa e. Da Guerra da Tríplice Aliança ao Mercosul: as Relações entre o Brasil e o Paraguai. In ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.) **Sessenta anos de política externa brasileira: o desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, v 3, 2000, p 85-110.

SILVA, Luis Inácio Lula da; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A Política Externa do Brasil**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. Petróleo, gás natural e biocombustíveis: desafio estratégico no mundo e no Brasil. **Política Externa**, São Paulo, v. 15, n. 3, dez. jan. fev., 2007, p. 21-33.

SINGER, J. David. The Level-of-Analysis Problem in International Relations. **World Politics**, v. 14, n. 1, The International System: Theoretical Essays, out. 1961, p. 77-92.

SPEKTOR, M. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, 2004, p. 191-222.

SOLÓN, Pablo. Alguns elementos para entender a Bolívia. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, n.9, jan. mar., 2009, p. 19-34.

SUÁREZ, Lizett López; GUERRA, Sinclair Mallet-Guy; UDAETA, Miguel Edgar Morales. A indústria de gás natural e a integração energética da América do Sul. **Política Externa** (USP), São Paulo, v. 18, n. 3, 2010, p. 49-60.

TAPIA, Luis. A transformação do Estado boliviano. **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, n.10, outubro/dezembro, 2009, p. 52-74.

TAVARES DE ARAÚJO, José. (2010). Infraestrutura e integração regional: o papel da IIRSA. **Política Externa**, São Paulo, v. 18, n. 3, dez. jan. fev., 2010, p. 33-48.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

VAZ, A. C. **Cooperação, Integração e Processo Negociador: a construção do Mercosul**, Brasília: IBRI, 2002.

VEIGA, Paulo da Motta. A política comercial do governo Lula: continuidade e inflexão. **Revista Brasileira de Política Exterior**, n. 83, 2005, p.2-9.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M.F. A política externa no governo FHC: a busca de autonomia pela integração. **Revista Tempo Social**, v. 15, n. 2, 2003. ISSN 0103-2070. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103->

20702003000200003&script=sci_arttext>. Acessado em 10 mar. 2010.

_____. Os novos paradoxos latino-americanos. **Política Externa**, São Paulo, v 14, n 4, mar/abr/mai, pp. 7-17, 2006.

_____. CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, 2007, p. 273-335.

VILLA, R.A.D.; URQUIDI, V. D. Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo. **Política Externa**, São Paulo, v 14, n 4, mar/abr/mai, 2006, p. 63-78.

_____. Política externa do governo Lula: continuidades e rupturas. **Revista Adusp**, São Paulo, p. 13 - 19, maio, 2005. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/revista/34/r34a02.pdf>>. Acessado em 10 mar. 2010.

VIOTTI, M. L. R. As relações Brasil-Bolívia sob o signo da cooperação energética (1930-1990). In ALBUQUERQUE, J. A. G. (org) **Sessenta anos de política externa brasileira: o desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, v 3, 2000, p. 187-210.

VIZENTINI, P. G. F. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: IBRI, ano 37, n.1, jan. jun, 1994, p. 24-36.

_____. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. As relações internacionais da Bolívia: os desafios da globalização. In ARAÚJO, H. V. (org) **Os países da comunidade andina**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão/IPRI, 2004, p. 343-386.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1979.

_____. **Man, the State and War: a theoretical analysis**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1959.

ZEVALLOS, E. A. A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, 1995, p. 255-267.

7.3

Sites consultados

ABC Digital

<http://www.abc.com.py>

ABEGÁS (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado).

<http://www.abegas.org.br>

Agência Brasil

<http://www.agenciabrasil.gov.br>

Agência EFE

<http://www.efc.com/principal.asp?opcion=0&idioma=PORTUGUES>

Agência France Presse (AFP)

<http://www.afp.com/afpcom/pt/>

Agência Senado

<http://www.senado.gov.br>

Alliance for Responsible Trade (ART)

<http://www.art-us.org>

Banco Mundial

<http://www.worldbank.org>

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

Câmara dos Deputados

<http://www.camara.gov.br>

Casa Civil

<http://www.casacivil.gov.br/>

COMGÁS

<http://www.comgas.com.br>

Constituição da República Federativa do Brasil 1988

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Contas Abertas

<http://contasabertas.uol.com.br>

Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC)

<http://www.dgeec.gov.py>

Empresa de Pesquisa Energética (MME/EPE)
Balanço Energético Nacional preliminar de 2010
https://ben.epe.gov.br/downloads/Resultados_Pre_BEN_2010.pdf

Federação Única dos Petroleiros (FUP)
<http://www.fup.org.br>

Folha.com
<http://www.folha.uol.com.br/>

Fundação Perseu Abramo
<http://www2.fpa.org.br/>

Instituto Nacional de Estadística (INE)
<http://www.ine.gov.bo>

International Institute of Social History
<http://www.iisg.nl>

Itaipu Binacional
<http://www.itaipu.gov.br>

JusBrasil
<http://www.jusbrasil.com.br>

Mercosul
<http://www.mercosur.int>

Ministério da Fazenda
www.fazenda.gov.br

Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty
<http://www.mre.gov.br>

Ministério de Minas e Energia
<http://www.mme.gov.br/mme>

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
<http://www.desenvolvimento.gov.br>

Ministério do Planejamento
<http://www.planejamento.gov.br>

Mundorama
<http://mundorama.net>

O Estado de São Paulo
<http://www.estadao.com.br>

O Globo
www.oglobo.com.br

Partido dos Trabalhadores
<http://www.pt.org.br/portaltpt/>

Petrobras
<http://www.petrobras.com.br>

Política Externa Brasileira
<http://www.politicaexterna.com>

Power (Petróleo, Eletricidade e Energias Alternativas)
<http://www.power.inf.br>

Presidência da República Federativa do Brasil
<http://www.presidencia.gov.br/>

Reuters (agência de notícias)
<http://br.reuters.com>

Supremo Tribunal Federal
<http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>

TBG - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.
<http://www.tbh.com.br>

Time Magazine
<http://www.time.com>

Tratado de Assunção
http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf

Tratado de Itaipu
<http://www.itaipu.gov.br/files/file/tratadoitaipu.doc>

Ultima Hora.com
<http://www.ultimahora.com>

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development
<http://www.unctad.org>

U.S. Department of State
<http://www.state.gov>

8 Anexos

Decreto Supremo 28701 (Héroes del Chaco)

Evo Morales Ayma
Presidente Constitucional de la República

Considerando:

Que en históricas jornadas de lucha el pueblo ha conquistado, a costa de su sangre, el derecho de que nuestra riqueza hidrocarburífera vuelva a manos de la nación y sea utilizada en beneficio del país.

Que en el Referéndum Vinculante de 18 de julio de 2004, a través de la contundente respuesta a la pregunta 2, el pueblo ha decidido, de manera soberana, que el Estado Nacional recupere la propiedad de todos los hidrocarburos producidos en el país.

Que de acuerdo a lo expresamente dispuesto en los artículos 136, 137 y 139 de la Constitución Política del Estado, los hidrocarburos son bienes nacionales de dominio originario, directo, inalienables e imprescriptibles del Estado, razón por la que constituyen propiedad pública inviolable.

Que por mandato del inciso 5 del artículo 59 de la Constitución Política del Estado, los contratos de explotación de riquezas nacionales deben ser autorizados y aprobados por el Poder Legislativo, criterio reiterado en la sentencia del Tribunal Constitucional N° 0019/2005 de 7 de marzo de 2005.

Que esta autorización y aprobación legislativa constituye fundamento del contrato de explotación de riquezas nacionales por tratarse del consentimiento que otorga la nación, como propietaria de estas riquezas, a través de sus representantes.

Que las actividades de exploración y producción de hidrocarburos se están llevando adelante mediante contratos que no han cumplido con los requisitos constitucionales y que violan expresamente los mandatos de la Carta Magna al entregar la propiedad de nuestra riqueza hidrocarburífera a manos extranjeras.

Que ha expirado el plazo de 180 días señalado por el artículo 5 de la Ley N° 3058 de 17 de mayo de 2005, Ley de Hidrocarburos, para la suscripción obligatoria de nuevos contratos.

Que el llamado proceso de capitalización y privatización de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) ha significado no sólo un grave daño económico al Estado, sino además un acto de traición a la patria al entregar a manos extranjeras el control y la dirección de un sector estratégico, vulnerando la soberanía y la dignidad nacionales.

Que de acuerdo a los artículos 24 y 135 de la Constitución Política del Estado, todas las empresas establecidas en el país se consideran nacionales y están sometidas a la soberanía, leyes y autoridades de la República.

Que es voluntad y deber del Estado y del Gobierno Nacional, nacionalizar y recuperar la propiedad de los hidrocarburos, en aplicación de lo dispuesto por la Ley de Hidrocarburos.

Que el Pacto Internacional de los Derechos Civiles y Políticos, como también el Pacto de los Derechos Económicos y Culturales, suscritos el 16 de diciembre de 1966, determinan que: todos los pueblos pueden disponer libremente de sus riquezas y recursos naturales, sin perjuicio de las obligaciones que derivan de la cooperación económica internacional basada en el principio del beneficio

reciproco, así como Del derecho internacional. En ningún caso podrá privarse a un pueblo de sus propios medios de subsistencia Que Bolivia ha sido el primer país del Continente en nacionalizar SUS hidrocarburos, en el año 1937 a la Standard Oil Co., medida heroica que se tomo nuevamente en el año 1969 afectando a la Gulf Oil, correspondiendo a la generación presente llevar adelante la tercera y definitiva nacionalización de su gas y su petróleo.

Que esta medida se inscribe en la lucha histórica de las naciones, movimientos sociales y pueblos originarios por reconquistar nuestras riquezas como base fundamental para recuperar nuestra soberanía.

Que por lo expuesto corresponde emitir la presente disposición, para llevar adelante la nacionalización de los recursos hidrocarburíferos del país.

En Consejo de Ministros Decreta:

Artículo 1.

Ejercicio de la soberanía nacional, obedeciendo el mandato del pueblo boliviano expresado en el Referéndum vinculante del 18 de julio del 2004 y en aplicación estricta de los preceptos constitucionales, se nacionalizan los recursos naturales hidrocarburíferos del país. El Estado recupera la propiedad, la posesión y el control total y absoluto de estos recursos.

Artículo 2.I.

A partir del 1 de mayo del 2006, las empresas petroleras que actualmente realizan actividades de producción de gas y petróleo en el territorio nacional, están obligadas a entregar en propiedad a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) toda la producción de hidrocarburos.

II. YPFB, a nombre y en representación del Estado, en ejercicio pleno de la propiedad de todos los hidrocarburos producidos en el país, asume su comercialización, definiendo las condiciones, volúmenes y precios tanto para el mercado interno como para la exportación y la industrialización.

Artículo 3.I.

Sólo podrán seguir operando en el país las compañías que acaten inmediatamente las disposiciones del presente Decreto Supremo, hasta que en un plazo no mayor a 180 días desde su promulgación se regularice su actividad, mediante contratos que cumplan las condiciones y requisitos legales y constitucionales. Al término de este plazo, las compañías que no hayan firmado contratos no podrán seguir operando en el país.

II. Para garantizar la continuidad de la producción, YPFB, de acuerdo a directivas Del Ministerio de Hidrocarburos y Energía, tomará a su cargo la operación de los campos de las compañías que se nieguen a acatar o impidan el cumplimiento de lo dispuesto en el presente Decreto Supremo.

III. YPFB no podrá ejecutar contratos de explotación de hidrocarburos que no hayan sido individualmente autorizados y aprobados por el Poder Legislativo en pleno cumplimiento del mandato del inciso 5 del artículo 59 de la Constitución Política del Estado.

Artículo 4.I.

Durante el período de transición, para los campos cuya producción certificada promedio de gas natural del año 2005 haya sido superior a los 100 millones de

pies cúbicos diarios, el valor de la producción se distribuirá de la siguiente forma: 82% para el Estado (18% de regalías y participaciones, 32% de Impuesto Directo a los Hidrocarburos IDH y 32% a través de una participación adicional para YPFB), y 18% para las compañías (que cubre costos de operación, amortización de inversiones y utilidades).

II. Para los campos cuya producción certificada promedio de gas natural del año 2005 haya sido menor a 100 millones de pies cúbicos diarios, durante el período de transición se mantendrá la actual distribución del valor de la producción de hidrocarburos.

III. El Ministerio de Hidrocarburos y Energía determinará, caso por caso y mediante auditorías, las inversiones realizadas por las compañías, así como sus amortizaciones, costos de operación y rentabilidad obtenida en cada campo. Los resultados de las auditorías servirán de base a YPFB para determinar la retribución o participación definitiva correspondiente a las compañías en los contratos a ser firmados de acuerdo a lo establecido en el artículo 3 del presente Decreto Supremo.

Artículo 5.I.

El Estado toma el control y la dirección de la producción, transporte, refinación, almacenaje, distribución, comercialización e industrialización de hidrocarburos en el país.

II. El Ministerio de Hidrocarburos y Energía regulará y normará estas actividades hasta que se aprueben nuevos reglamentos de acuerdo a ley.

Artículo 6.I.

En aplicación a lo dispuesto por el artículo 6 de la Ley de Hidrocarburos, se transfieren en propiedad a YPFB, a título gratuito, las acciones de los ciudadanos bolivianos que formaban parte del Fondo de Capitalización Colectiva en las empresas petroleras capitalizadas Chaco SA, Andina SA y Transredes SA.

II. Para que esta transferencia no afecte el pago del BONOSOL, el Estado garantiza la reposición de los aportes por dividendos que estas empresas entregaban anualmente al Fondo de Capitalización Colectiva.

III. Las acciones del Fondo de Capitalización Colectiva que están a nombre de las Administradoras de Fondos de Pensiones en las empresas Chaco SA, Andina SA y Transredes SA serán endosadas a nombre de YPFB.

Artículo 7.I.

El Estado recupera su plena participación en toda la cadena productiva del sector de hidrocarburos.

II. Se nacionalizan las acciones necesarias para que YPFB controle como mínimo el 50% más 1 en las empresas Chaco SA., Andina SA, Transredes SA, Petrobras Bolivia Refinación SA y Compañía Logística de Hidrocarburos de Bolivia SA.

III. YPFB nombrará inmediatamente a sus representantes y síndicos en los respectivos directorios y firmará nuevos contratos de sociedad y administración en los que se garantice el control y la dirección estatal de las actividades hidrocarburíferas en el país.

Artículo 8.

Em 60 días, a partir de la fecha de promulgación del presente Decreto Supremo y dentro del proceso de refundación de YPEB, se procederá a su reestructuración

integral, convirtiéndola en una empresa corporativa, transparente, eficiente y con control social.

Artículo 9.

Em todo lo que no sea contrario a lo dispuesto en el presente Decreto Supremo, se seguirán aplicando los reglamentos y normas vigentes a la fecha, hasta que sean modificados de acuerdo a ley. Los señores Ministros de Estado, el Presidente de YPFB y las Fuerzas Armadas de la Nación, quedan encargados de la ejecución y cumplimiento del presente Decreto Supremo. Es dado en el Palacio de Gobierno de la ciudad de La Paz, al primer día del mes de mayo del año dos mil seis.

Firmado:

Evo Morales Ayma, David Choquehuanca Céspedes, Juan Ramón Quintana Taborga, Alicia Muñoz Alá, Walker San Miguel Rodríguez, Carlos Villegas Quiroga, Luis Alberto Arce Catacora, Abel Mamani Marca, Celinda Sosa Lunda, Salvador Ric Riera, Hugo Salvatierra Gutiérrez, Andrés Soliz Rada, Wálter Villarroel Morochi, Santiago Álex Gálvez Mamani (Ministro de Trabajo e Interino de Justicia), Félix Patzi Paco, Nila Heredia Miranda.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS SENHORES PRESIDENTES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

CONSTRUINDO UMA NOVA ETAPA NA RELAÇÃO BILATERAL

Em atenção a convite do Presidente da República do Paraguai, Fernando Armindo Lugo Méndez, o Presidente da República Federativa de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou visita de trabalho à República do Paraguai no dia 25 de julho de 2009, acompanhado de importante comitiva.

Em seus contatos, os Presidentes destacaram os novos tempos vividos em ambos os países, que facilitam uma convergência de visões e compromissos entre os dois governos. Assinalaram a necessidade de dinamizar as relações bilaterais, com o propósito de fortalecer os tradicionais laços de amizade e de cooperação, que permitam superar gradualmente as assimetrias entre os dois países, em um contexto difícil, caracterizado por uma crise econômico-financeira internacional e por uma enorme dívida social que afeta ambos os povos.

Os mandatários, conscientes de que a cooperação bilateral deve promover benefícios mútuos e responsabilidades compartilhadas, sem perder de vista a diferença de escala de desenvolvimento, a heterogeneidade regional e os problemas de vulnerabilidades, comprometeram-se a promover uma genuína cooperação bilateral. Essa cooperação deve superar os obstáculos à integração bilateral, potencializar a unidade dos interesses coletivos, e contribuir para a adoção de políticas regionais que ajudem o Paraguai a superar as desvantagens comparativas decorrentes de sua situação geográfica na região.

Nesse contexto, os Presidentes da República:

1. Manifestaram seu beneplácito e decidido apoio ao sistema democrático representativo vigente nos países da região, ao respeito incondicional dos direitos humanos, à soberania e autodeterminação dos povos.
2. Coincidiram em assinalar a importância da solidariedade como componente central do processo de integração regional em curso, assim como sua intenção de continuar com os esforços para diminuir a pobreza, a desigualdade e outras formas de injustiça social.

3. Ressaltaram a importância de Itaipu, que constitui um marco central da integração entre os dois países. Destacaram os benefícios que essa sociedade na área energética assegura para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e do Paraguai.

4. Reiteraram seu compromisso com a Integração energética regional e sublinharam seu potencial para promover o desenvolvimento social, econômico e a erradicação da pobreza. Nesse sentido, renovaram seu empenho em impulsionar o desenvolvimento da infraestrutura energética dos países como elemento de apoio à sustentabilidade da integração sul-americana, fundada na determinação dos povos para avançar com autonomia no caminho da união e da solidariedade.

5. Celebraram os avanços nas negociações com relação aos seis pontos na agenda proposta pelo Paraguai sobre Itaipu e discutidos nas mesas de negociação dos representantes dos dois países. Registraram com satisfação o acordo alcançado para submeter à aprovação congressional novos valores a serem recebidos pelo Paraguai a título de cessão de energia sobre a base de um fator de multiplicação de 15.3 (quinze inteiros e três décimos).

6. Reconheceram a conveniência de que a ANDE possa gradualmente, com a brevidade possível, comercializar, no mercado brasileiro, energia de Itaipu correspondente aos direitos de aquisição do Paraguai. Com esse propósito, acordaram que as duas Partes intercambiarão, nos próximos 60 dias, propostas específicas para a discussão em reuniões de um grupo de trabalho constituído por representantes dos respectivos ministérios da área de energia, dos Diretores-Gerais de Itaipu, de representantes da ELETROBRAS e da ANDE e das Chancelarias. O resultado dessas discussões será informado aos Presidentes no prazo máximo de três meses, a partir da data desta Declaração. O Presidente Lugo reiterou a reivindicação de que o Paraguai possa habilitar-se, da mesma forma, a dispor gradualmente de energia de Itaipu para oferecer a terceiros mercados com direito de preferência ao Brasil. Considerando o novo quadro de cooperação entre os dois países, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou que o Brasil e o Paraguai devem trabalhar juntos na busca de uma efetiva integração energética regional que contemple, inclusive, a possibilidade de que o Paraguai e o Brasil possam comercializar energia de Itaipu em terceiros mercados a partir de 2023, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e uma maior segurança energética para os países sul-americanos. Nesse sentido, considerarão recomendar uma proposta a seus respectivos Congressos Nacionais.

7. Registraram também a necessidade da contratação pela ANDE e pela ELETROBRAS da totalidade da potência instalada disponível em Itaipu (18 unidades geradoras de 700 MW cada uma) e determinaram que os Diretores-Gerais de Itaipu e os Presidentes da ANDE e da ELETROBRAS estabeleçam as condições da contratação, assegurando a divisão em partes iguais entre os dois países da totalidade da energia produzida na usina, conforme o previsto no Tratado. O grupo de trabalho mencionado no parágrafo anterior terá presente o princípio de que, no balanço geral, o Paraguai não tenha perdas globais em relação à modalidade atual de contratação, sob pena de inviabilizar as alterações consideradas.

8. Determinaram que o grupo de trabalho constituído nos termos do parágrafo seis também examine as condições em que a ANDE possa comercializar no mercado brasileiro energia da hidrelétrica de Acaray e, futuramente, também da represa de Yguazú quando estiver motorizada, bem como de excedentes disponíveis em outras fontes de geração do Paraguai.

9. Registraram com satisfação que a ANDE e a ELETROBRAS estejam desenvolvendo uma ampla agenda de cooperação que inclui, entre outros pontos, estudo de otimização do sistema paraguaio de transmissão; transferência de experiência em projetos de repotenciação e motorização de usinas; levantamento do potencial energético e estudos de viabilidade de novos projetos hidrelétricos no Paraguai; transferência de experiência na implantação de fontes alternativas; transferência de experiência em projetos de eletrificação rural; capacitação e treinamento em áreas específicas.

10. Instruíram a Diretoria-Executiva e o Conselho de Administração de Itaipu Binacional que, em consulta com a ANDE e a ELETROBRAS, determinem as providências necessárias para que se executem as obras de seccionamento das linhas de transmissão de 500 kV da subestação da margem direita. Acordaram a construção por Itaipu da LT 500kV entre a SE Itaipu-MD e a SE Villa Hayes, e a construção desta. As duas obras serão transferidas sem custo ao Paraguai.

11. Determinaram a constituição de um grupo de trabalho integrado pelos Diretores-Gerais de Itaipu e representantes dos respectivos ministérios das áreas de transporte, energia e obras públicas e das Chancelarias, para definir os termos de referência de um estudo de viabilidade técnica, econômica e socioambiental de obras de navegação previstas no ponto III:11 do Anexo B do Tratado, e realizar os melhores esforços para que esse estudo de viabilidade esteja concluído em 2010.

12. Instruíram os Diretores-Gerais de Itaipu a adotar as medidas cabíveis para a conclusão das obras de construção do mirante da margem direita de Itaipu, que deverá valorizar o potencial turístico da represa, com vistas a estar em funcionamento em 2011.

13. Aprovaram os termos do compromisso assinados pelos dois Diretores-Gerais em 15 de agosto de 2008, sobre medidas administrativas que buscam o aperfeiçoamento e a transparência da gestão de Itaipu Binacional, e determinaram sua estrita observância e implementação.

14. Reiterando o princípio de igualdade de direitos e obrigações estabelecido no Artigo III do Tratado de Itaipu, ratificaram com satisfação a decisão do Conselho de Administração de Itaipu Binacional (RCA Nº 008/2009) sobre a continuidade das práticas de decisões consensuadas no âmbito da Diretoria-Executiva, consolidação da cogestão plena no âmbito das Diretorias de área que integram a Diretoria- Executiva, e o estabelecimento de um mecanismo para solução de eventuais controvérsias entre os Diretores-Executivos e Diretores correspondentes.

15. O Presidente Fernando Lugo informou sobre a auditoria que a *Contraloría General* da República do Paraguai está fazendo da dívida de Itaipu Binacional, e sua intenção de transmitir suas conclusões à parte brasileira.

16. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou a disposição de propor ao Congresso Nacional do Brasil a criação de um fundo de desenvolvimento regional, a ser constituído com recursos orçamentários, para apoiar a implementação de projetos de associação industrial e produtiva, com especial atenção aos setores em que possa desenvolver maior uso industrial da energia no Paraguai, bem como a execução de programas de eletrificação rural.

17. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou igualmente a oferta de financiamento em termos favoráveis, com recursos do BNDES e do PROEX, para obras de infraestrutura de interesse do Governo paraguaio.

18. Os Presidentes celebraram os progressos alcançados na regulamentação do Regime de Tributação Unificada (RTU), o qual contribuirá para a dinamização da economia de Ciudad del Este. Nesse contexto, o Presidente Fernando Lugo Méndez recebeu com beneplácito a decisão do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de fixar uma alíquota máxima de 25%.

19. Destacaram, igualmente, os benefícios que resultarão da conclusão das obras de reforma da cabeceira paraguaia da Ponte da Amizade para o trânsito de pessoas e mercadorias.

20. Ressaltaram a necessidade de que, na aplicação dos controles fronteiriços, se atendam as particularidades e necessidades econômicas e sociais da região.

21. Instruíram as autoridades competentes a iniciar os estudos relativos à construção de uma ponte internacional sobre o rio Paraguai, entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, empreendimento que teria um importante papel para a dinamização dos fluxos econômicos e sociais na região do Chaco paraguaio e do Centro-Oeste brasileiro, no contexto de desenvolvimento dos corredores bioceânicos.

22. Reafirmaram sua decisão de iniciar, em breve, as obras da Ponte Porto Meira-Presidente Franco sobre o Rio Paraná. Nesse contexto, reconheceram a necessidade de concluir os projetos básico e executivo para dar início à construção da ponte, considerando o efeito dinamizador que terá como fonte de trabalho na economia regional. Em consequência, anunciaram sua decisão de inaugurar o canteiro de obras do empreendimento em cerimônia conjunta, no primeiro semestre de 2010.

23. Reconheceram a necessidade de iniciar os estudos de pré-viabilidade para a interconexão ferroviária Cascavel-Ciudad del Este-Maria Auxiliadora, com posterior conexão a Encarnación, e de concluí-los nos primeiros meses de 2010, como parte integrante do Corredor Ferroviário bioceânico Antofagasta-Paranaguá, a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em coordenação com *Ferrocarriles del Paraguay S.A. (FEPASA)*.

24. Assinalaram o interesse comum de estimular o desenvolvimento da Hidrovia Paraguai-Paraná e da Hidrovia Tietê-Paraná, para o que instruíram as autoridades responsáveis a cooperar na execução dos estudos de impacto ambiental e das obras necessárias que as viabilizem.

25. Os Presidentes reconheceram os esforços realizados pelas autoridades migratórias no sentido de regularizar a situação de suas respectivas comunidades nos dois países. Nesse aspecto, o Presidente Lula expressou seu reconhecimento pela hospitalidade paraguaia, ao abrigar importante número de brasileiros. A esse respeito, o Presidente Fernando Lugo manifestou que seu governo está comprometido com o fortalecimento da capacidade de atenção

aos imigrantes por parte do órgão pertinente, e que a hospitalidade paraguaia aos estrangeiros continua inalterada.

O Presidente Fernando Lugo acolheu com satisfação a aprovação da Lei 11961, que beneficia a todos os estrangeiros em situação irregular no Brasil. Nesse espírito, expressou a intenção do Governo do Paraguai de depositar, com a possível brevidade, os instrumentos de ratificação dos Acordos de Residência e Regularização Migratória do MERCOSUL.

Além disso, destacaram os trabalhos que nesse campo vêm desenvolvendo os Grupos de Trabalho Cooperação em Temas Migratórios e de Desenvolvimento Rural e instruíram a celebrar a próxima reunião no curso deste ano.

26. Consideraram importante a democratização do acesso à informação de qualidade e intercambiaram ideias sobre Comunicação Pública e Televisão Educativa, assim como sobre possibilidades de cooperação nessas áreas. A esse respeito, instaram as autoridades competentes a concluir a negociação de um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de Comunicação Pública.

27. Determinaram a constituição de um Grupo de Trabalho bilateral encarregado da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Fronteiriço para julho de 2010. Nesse sentido, concordaram em reiniciar as atividades dos Comitês de Fronteira sob orientação do referido Plano, para atender às principais demandas sociais das populações de fronteira. Nesse âmbito, deverá ser considerada, entre outros aspectos, a análise de um Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, seguindo o modelo elaborado pelo grupo "ad hoc" de integração fronteiriça do MERCOSUL.

28. Congratularam-se pelos excelentes resultados das operações conjuntas de combate ao cultivo de maconha, logrados no âmbito da iniciativa "Nova Aliança", e saudaram a iniciativa, adotada pela Polícia Federal do Brasil e pela Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai, de aprofundar a cooperação nessa matéria por meio da assinatura de um documento específico que estabelece metas e prazos para a execução de operações conjuntas de investigação e repressão no combate ao narcotráfico em 2009.

29. Celebraram a próxima assinatura de Ajuste Complementar do Centro de Formação Profissional Paraguai-Brasil, em Hernandarias, Fase IV, ampliação e expansão.

Coincidiram em destacar o expressivo aumento das iniciativas de cooperação técnica nos últimos anos, as quais constituem importante

contribuição aos esforços de capacitação e fortalecimento institucional.

30. Saudaram os entendimentos alcançados no âmbito da Comissão de Monitoramento do Comércio entre o Paraguai e o Brasil, e destacaram a importância de dar maior ênfase à tarefa conjunta de aumentar e diversificar as exportações do Paraguai ao Brasil, facilitando o acesso efetivo de produtos paraguaios ao mercado brasileiro, sobretudo daqueles com maior valor agregado, e igualmente fomentando os investimentos brasileiros no Paraguai, de forma a aproveitar as complementaridades entre as duas economias. Manifestaram, nesse contexto, sua satisfação com a próxima assinatura do Programa de Trabalho em matéria de Cooperação Industrial.

31. Decidiram estabelecer uma Comissão constituídas pelos dois Chanceleres para acompanhar a implementação dos acordos contidos nesta Declaração.

Os dois Presidentes decidiram reunir-se regularmente a cada três meses com o propósito de projetar todos os aspectos da relação binacional.

Ao concluir suas atividades, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, manifestou seu agradecimento ao povo e ao Governo da República do Paraguai pela hospitalidade y pelas atenções que lhe foram dispensadas, bem como a sua comitiva.



LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República
Federativa do Brasil

Assunção, 25 de julho de 2009.



FERNANDO LUGO MENDEZ
Presidente da República do Paraguai